

DEMONIZAÇÃO DO FEMININO E MISOGINIA A PARTIR DO MOVIMENTO DE CAÇA ÀS BRUXAS

DEMONIZATION OF THE FEMALE AND MISOGYNY FROM THE WITCH HUNTING MOVEMENT

Valquiria Barros

Doutora em Humanidades, Culturas e Artes pela Universidade do Grande Rio (Rio de Janeiro/Brasil). Colaboradora do Laboratório de Ética em Pesquisa, Comunicação e Sociedade (LECCS/IBqM) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Brasil).
E-mail: valquiria.vsb@gmail.com

Recebido em: 19 de outubro de 2023

Aprovado em: 20 de dezembro de 2023

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RPR | a. 21 | n. 1 | p. 219-237 | jan./jun. 2024

DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v1.3500>

RESUMO

Tomando a demonização da mulher como elemento central de análise sobre as representações do feminino e suas relações com a religião, esta investigação objetivou compreender como foi amalgamado o discurso de inferiorização da mulher no Ocidente a partir da publicação do *Malleus Maleficarum* (Kramer; Sprenger, 1486) durante a perseguição dos Tribunais do Santo Ofício da Igreja Católica, no período conhecido como caça às bruxas. O objetivo geral deste estudo¹ foi analisar a construção do discurso de subalternização da mulher no Ocidente, tomada a partir das ideias de pecado e culpa previstas no episódio do Pecado Original, relatado na Bíblia Cristã, e da noção de demonização originária dos tratados de demonologia escritos durante a Idade Média. Os resultados destacam a construção simbólico-discursiva como elemento distintivo que relacionam a mulher com o mal, perpetuando a misoginia culturalmente até os dias atuais.

Palavras-chave: Misoginia. Demonização. Caça às bruxas.

ABSTRACT

Taking the demonization of women as a central element in the analysis of representations of the feminine and their relationship with religion, this research aimed to understand how the discourse of the inferiorization of women was amalgamated in the West from the publication of the *Malleus Maleficarum* (KRAMER & SPRENGER, 1486) during the persecution of the Courts of the Holy Office of the Catholic Church, in the period known as the witch hunt. The general aim of this study was to analyse the construction of the discourse of the subalternization of women in the West, based on the ideas of sin and guilt set out in the episode of Original Sin recounted in the Christian Bible and the notion of demonization originating in the treatises on demonology written during the Middle Ages. The results highlight the symbolic-discursive construction as a distinctive element that relates women to evil, perpetuating misogyny culturally to this day.

Keywords: Misogyny. Demonization. Witch hunt.

¹ Este artigo é produto de investigação de doutoramento com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre as representações da mulher e suas relações com a religião ao longo dos processos históricos são repletas de construções simbólico-discursivas e a associação do feminino ao mal é tema de vários mitos e construções arquetípicas. Nesse contexto, destacamos a demonização do feminino como elemento primordial para a compreensão da reprodução da misoginia na cultura ocidental.

Tomando a demonização da mulher como elemento central de análise, esta investigação objetivou compreender como foi amalgamado o discurso de inferiorização da mulher no Ocidente a partir da publicação do *Malleus Maleficarum* (Kramer; Sprenger, 1486) durante a perseguição dos Tribunais do Santo Ofício da Igreja Católica, no período conhecido como caça às bruxas. O objetivo geral deste estudo foi analisar a construção do discurso de subalternização da mulher no Ocidente tomada a partir das ideias de pecado e culpa previstas no episódio do Pecado Original, relatado na Bíblia Cristã, e da noção de demonização originária dos Tratados de Demonologia (Boureau, 2016) escritos durante a Idade Média.

Destaca-se a importância da cultura (GEERTZ, 2014) no processo de disseminação do ódio ao feminino, pois ela é o elemento fundamental para compreender-se a reprodução das crenças. Nesse sentido, considera-se a cultura não apenas como reflexo de forças estruturais da sociedade, mas um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas em que os sentidos atribuídos às experiências são escritos pelo próprio homem. Ressalta-se, dessa forma, que foi no contexto cultural em que se encontrava a Europa nos fins da Idade Média e passagem para a modernidade que os discursos encontraram eco e atribuíram sentido aos temas circunspectos ao feminino, ratificando definitivamente a relação da mulher com o diabo.

Para compreender de que forma o discurso religioso influenciou a discriminação do feminino no Ocidente, tomou-se como fontes de análise fragmentos de textos bíblicos que constam do livro de Gênesis da Bíblia Cristã. Metodologicamente, para compreender de que forma os discursos produziram uma mentalidade que atribuíam ao homem uma superioridade ancorada na ordem divina, analisou-se a construção discursiva a partir do referencial teórico de poder simbólico de Pierre Bourdieu (2002; 1989). A análise do discurso foi feita a partir de Michel Foucault (1996), considerando a importância do discurso na construção da ordem das coisas e sua relação com a hierarquia entre masculino e feminino.

A importância desses fragmentos assenta-se no fato de que foram amplamente difundidos como fundamentação cristã para a criação de modelo de mulher ideal e para a perseguição de mulheres consideradas subversivas pela ortodoxia religiosa (Le Goff; Truong, 2006; Duby, 1989; Laraia, 1997; Bloch, 1995). Os fragmentos selecionados são essenciais para a compreensão do processo de subalternização do feminino porque constituem-se a base dos argumentos que associam a mulher ao mal.

Igualmente, os estudos de demonologia na Idade Média (Boureau, 2016) são fundamentais para a análise proposta porque nortearam a construção discursiva eclesiástica observada na Europa no contexto do delineamento do cristianismo como religião organizada em busca de hegemonia territorial. Segundo Alain Boureau (2016), os estudos de demonologia aprofundaram a propriedade da intervenção dos demônios no corpo humano, o que na nossa perspectiva, ampliou as possibilidades para as interpretações sobre a relação da mulher com o diabo a partir do Pecado Original.

Os textos bíblicos e as concepções da Igreja sobre a atuação dos demônios no mundo foram amplamente utilizados pelos eclesiásticos para a produção de manuais religiosos que circulavam durante toda a Europa desde a Idade Média (Muraro, 2000; Le Goff; Truong, 2006). Com força regulamentar, a função dos manuais era estabelecer a homogeneidade das crenças e dos cultos no contexto do paganismo europeu. Os critérios descritos nos manuais serviam de regra para a conduta cristã e estabeleciam uma relação de compromisso com os costumes cristãos, o que se refletia no comportamento e nas relações sociais.

O manual que mais se destacou no início da Idade Moderna foi o *Malleus Maleficarum*, que orientou os Tribunais do Santo Ofício da Igreja Católica durante todo o processo de perseguição aos inimigos da fé cristã (Ginzburg, 1991) e que ficou conhecido como movimento de caça às bruxas. A caça às bruxas desenvolveu-se ao longo dos séculos durante momentos históricos heterogêneos e caracterizou-se pela austeridade persecutória ao feminino (Delumeau, 1989). Seus desdobramentos tiveram características particulares a cada região na Europa e se diferenciaram, sobretudo, com a Reforma Protestante no século XVI (Bloch, 1995).

Da intervenção da ortodoxia clerical cristã, surgiram elementos que articularam no imaginário coletivo a repulsa ao feminino e justificaram a sistemática perseguição a mulheres na Europa (Muraro, 2000). Reflete-se sobre o cenário sombrio de demonização do feminino para compreender como a construção simbólico-discursiva manipulada pela Igreja corroborou com a perseguição às mulheres nesse contexto.

Considera-se que o feminino foi demonizado a partir da construção da assimetria entre os gêneros (Guedes; Coelho, 2017; Saffioti, 2013; Scott, 1995), calcada na interpretação eclesiástica dos textos bíblicos, baseado na noção de diferença natural entre os sexos. Esse processo alocou o feminino no espectro do demoníaco, localizando-o, assim, na subalternidade.

As práticas discursivas cristãs podem ser consideradas, nesses termos, agentes disseminadores do ódio contra o feminino no contexto da cultura ocidental e responsáveis pela preservação da subalternidade da mulher. Por essa razão, acredita-se que a demonização do feminino desenvolvido pelo discurso cristão é responsável pela reprodução do machismo e da misoginia. Assim, toma-se como

viés de análise a perspectiva de gênero para compreender a reafirmação da superioridade do masculino instada pelo processo discursivo religioso reproduzido ao longo do tempo e perpetuado culturalmente pelos intercâmbios da socialização.

1 A CAÇA ÀS BRUXAS: UM PROJETO DE DEMONIZAÇÃO

Segundo Silvana Mota Ribeiro (2000), a inferiorização do feminino já estava presente nas estruturas sociais anteriores ao cristianismo, datando da Antiguidade, podendo ser encontrada nos discursos de Aristóteles: “[...] o macho é por natureza superior e a fêmea inferior; aquele domina e esta é dominada; o mesmo princípio se aplica necessariamente a todo o gênero humano [...]” (Aristóteles, 1997, p. 19).

Por essa razão, a demonização do feminino encontrou terreno fértil, permitindo que as construções sobre a mulher ficassem sedimentadas no imaginário religioso e social. Nesses termos, embora a desigualdade de gênero seja uma criação muito anterior à tradição cristã primitiva, a moral cristã, baseada em um argumento teológico, perpetuou o discurso social e cultural da inferioridade feminina historicamente consolidado e reproduzido pela cultura ao longo dos séculos.

No contexto da Idade Média, as Sagradas Escrituras eram o principal instrumento de ordenamento jurídico, e por esta razão, o mito do Pecado Original figurou como elemento que orientou as práticas da Igreja até a modernidade. Fonte inspiradora da ordem cristã, o episódio do Pecado Original foi responsável pela naturalização da inferioridade feminina baseado na desobediência da mulher, tomada como crime contra deus e fonte de todos os males que assolavam a Europa em tempos medievais (Holland, 2019), o que é enfatizado por Silva (2011, p. 36) que destaca “As imagens pejorativas do feminino presentes nas narrativas bíblicas, em especial no livro do Gênesis, perpassavam a definição dos crimes cometidos por mulheres, seu julgamento e condenação”.

No contexto da Idade Média, as Sagradas Escrituras eram o principal instrumento de ordenamento jurídico, e por esta razão, o mito do Pecado Original figurou como elemento que orientou as práticas da Igreja até a modernidade (Bloch, 1995). Fonte inspiradora da ordem cristã, o episódio do Pecado Original foi responsável pela naturalização da inferioridade feminina baseado na desobediência da mulher, tomada como crime contra Deus e fonte de todos os males que assolavam a Europa em tempos medievais (Holland, 2019), o que é enfatizado por Silva (2011, p. 36) que destaca “As imagens pejorativas do feminino presentes nas narrativas bíblicas, em especial no livro do Gênesis, perpassavam a definição dos crimes cometidos por mulheres, seu julgamento e condenação”.

O Pecado Original amalgamou o discurso da hierarquia ontológica entre os sexos e expandiu a visão androcêntrica da vida, favorecendo a disseminação de um imaginário que relacionou a mulher ao mal, ao

que Nogueira (1995, p. 80), acrescenta que “o pensamento misógino medieval fazia tudo para ressaltar a malignidade natural da fêmea e sua predestinação para o mal”. A associação entre a mulher e a serpente no Paraíso parece ter contribuído com a possibilidade de relação entre humanos e demônios, afirmando definitivamente a mulher como mensageira do demônio (Boureau, 2016). Assim, à mulher foi atribuída uma imagem negativa e a capacidade natural de causar mal, localizando-a em uma batalha espiritual como inimiga de Deus.

Dessa forma, pode-se compreender como a demonização do feminino no Ocidente foi herdeira do processo de construção discursiva da Igreja que associou a mulher ao mal a partir da interpretação do evento do Pecado Original relatado no livro de Gênesis da Bíblia Cristã. Esse processo construiu a concepção sobre a inferioridade da mulher, avançando fortemente com a correspondência da mulher à Eva, a pecadora e, por consequência, ao mal.

De acordo com Rosie Marie Muraro (2015), a partir do século XIV na Europa, a mulher passou a figurar mais ostensivamente nas elaborações das concepções teológicas da Igreja. Nesse contexto, houve uma intensificação da produção teológica no sentido de amalgamar uma identidade feminina perversa, resultando na publicação do manual *Malleus Maleficarum*, conhecido como Manual de Caça às Bruxas ou Martelo das Feiticeiras.

Segundo Georges Balandier (1986), o *Malleus* foi escrito pelos dominicanos Heinrich Kraemer e James Sprenger, na Alemanha, e publicado em 1484, tornando-se o mais conhecido documento de orientação no caso de perseguição às mulheres. Ele apresentava um conteúdo específico, descrevendo o pecado do *malleficium* ou bruxaria, prática que associa a mulher ao diabo. O manual forjou a identidade feminina relacionando a natureza da mulher ao diabo, situando-a em uma condição inferior aos homens. A construção discursiva do *Malleus* forneceu subsídios que permitiram justificar uma intensa vigilância e a perseguição sistemática de todas aquelas que não se enquadravam de alguma forma nos dogmas da Igreja. A perseguição se estendeu até meados do século XVIII.

O manual foi responsável por consolidar a crença de que o diabo e suas seguidoras, as bruxas, tomariam conta do mundo, acelerando o Juízo Final. O livro foi considerado o manual oficial durante a Inquisição, orientando julgadores e sacerdotes na luta contra a bruxaria na Europa. Conforme detalhado por Georges Balandier (1986), o *Malleus Maleficarum* foi

O primeiro manual geral especializado na perseguição da ‘heresia, da feitiçaria e da magia diabólica’, o guia dos tribunais de inquisição: o ‘Martelo das Feiticeiras’ [...] comporta uma teoria do malefício, uma ilustração dos casos, um código criminal abreviado para uso dos inquisidores. Ele permite focalizar um sistema de representações e

uma mentalidade coletiva, as práticas consideradas criminosas e sua repressão pela autoridade eclesiástica (Balandier, 1986, p. 44).

O pecado do *malleficium* foi acompanhado pela caracterização da bruxa. Carlos Roberto Figueiredo Nogueira (1995) aponta que a sistematização da imagem da bruxa originou-se de três fatores:

a elaboração clerical da demonologia, a diabolização da mulher e o pânico instaurado, desde o final da Idade Média, diante da ameaça do poder de Satã e de um apocalipse eminente. No alvorecer dos tempos modernos, a cristandade latina se viu alarmada por incontáveis 'epidemias de bruxaria' (Nogueira, 1995, p. 19).

As mulheres suspeitas de bruxaria eram processadas pelos Tribunais da Santa Inquisição e os inquiridos eram conduzidos pelos bispos do Santo Ofício. O processo de perseguição sistemática das mulheres se fundamentou na construção ideológica feita pela Igreja, que associou as práticas de cuidado e de cura que ainda persistiam nas comunidades camponesas a práticas de bruxaria pagã. Segundo Jean Delumeau (1989), durante algum tempo, antigas crenças pagãs permaneciam inconscientemente na memória popular, conviviam e misturaram-se com as crenças trazidas pelo cristianismo. Nas palavras do autor:

Geralmente, a manutenção, no universo cristão e até uma época tardia, de ritos, de condutas religiosas e de crenças herdadas do paganismo parece confirmar-se a cada dia a medida que a pesquisa alcança o humilde nível do vivido cotidiano [...] Em pleno século XVII, missionários jesuítas descobrem no sul da Itália camponeses que acreditam que há cem deuses, e outros que há mil [...] Em Buscaye e no Guipuzcoa, J. Baroja observou a longa sobrevivência de um laço entre os antigos locais do culto pagão - grutas, fontes, dolmens - e uma duradoura crença nessas regiões, até uma época recente, 'em uma presidenta das feiticeiras dita Mari, espécie de deus das montanhas [...] e é chamada de a Dama ou a Mestra'. Na Bretanha, no começo do século XVII, o padre Le Nobletz descobriu com espanto pessoas que prestavam um culto à lua e as fontes (Delumeau, 1989, p. 57).

Dessa forma, o paganismo que ainda convivia socialmente foi demonizado e transformado em heresia, passando, desse modo, a ser proibido pela Igreja na Europa. Nessa medida, as mulheres suspeitas de associação com práticas de cuidado, parteiras, sangradoras, erveiras e outras foram acusadas de associação ao diabo por praticarem magia pagã ou *malleficium*. Sobre esse aspecto, Muraro (2015) nos informa que:

Feiticeiras e mulheres voadoras transformaram-se em conspiração demoníaca. Os encantos e unguentos que desde tempos imemoriais eram acessados no combate a

toda sorte de males passaram à classificação de *maleficia* e, portanto, passaporte para a fogueira, sob acusação de ação infernal (Muraro, 2015, p.68).

Assim, com o objetivo de expurgar do cristianismo as influências pagãs, as mulheres e seu conhecimento, antes respeitados por sua cultura milenar e hereditária, foram demonizados, reforçando a simbologia da ligação do feminino com o oculto e com o diabólico dando origem, segundo Johnni Langer (2017), a

Um imaginário criado a partir da Idade Média Central sobre as práticas mágicas e a feitiçaria, cujos membros (as bruxas) seriam participantes de uma seita coletiva e herética para adorar Satã por meio do pacto diabólico, em uma reunião especial, o sabá. É o produto mais complexo do discurso antimágico produzido pelas instituições religiosas do Ocidente (Langer, 2017, p. 10).

Na perspectiva do autor, a perseguição sistemática de mulheres curandeiras revelou um conflito entre a cultura médica erudita e a cultura das curas populares que se acirrou na passagem do século XVII para o seguinte. Sobre esse aspecto, segundo Peter Johann Mainka (2002)

As mulheres foram especialmente escolhidas de cair em suspeita devido às suas estreitas relações com crianças, doentes e velhos, à sua proximidade com o parto e a morte e à sua tarefa de providenciar a alimentação. Tudo isso eram áreas nas quais havia muitas acusações de bruxaria (Mainka, 2002, p.128).

Colocadas na clandestinidade pelos Tribunais da Igreja, as práticas populares femininas foram proibidas e seu saber assimilado pela medicina florescente nas universidades nascentes no interior do sistema feudal, predominantemente masculino. Segundo Muraro (2015), esse "expurgo" visava recolocar dentro de regras de comportamento dominante as massas camponesas que se rebelavam e, principalmente, as mulheres que se revoltavam contra sua condição e questionavam os dogmas da igreja, lutando por liberdade.

Como visto, apesar de as antigas crenças pagãs terem sobrevivido ao tempo, a Igreja buscou desde seu início erradicá-las perseguindo sistematicamente seus inimigos, representados, inicialmente, pelos hereges e, posteriormente, pela bruxaria. A caça às bruxas significou uma tentativa de extermínio de crenças e práticas que desafiavam a supremacia da Igreja, e teve como principais aliados os Tribunais da Inquisição, que se constituíram no instrumento para a centralização do poder na figura do masculino.

De acordo com Langer (2017), não foram encontradas referências historiográficas para o termo "bruxaria" antes do século XIII, apontando, segundo o pesquisador, para a cunhagem de um termo específico. Assim, na perspectiva do autor, a partir da Idade Média Central, inaugura-se na sociedade

medieval uma nova imagem de mulheres feiticeiras acusadas pela Igreja por associação ao demônio. Dessa forma, fica evidente como as nomenclaturas ou classificações atribuídas às mulheres podem ser interpretadas como um desdobramento do imaginário cultural em diferentes períodos históricos específicos, alternando-lhes o *status* entre curandeiras e bruxas nesse período.

Outro elemento forjado pela Igreja e que associou as mulheres a satã foi o sabá. Segundo Jean Delumeau (1989), o ritual sabático relaciona as bruxas ao diabo e refere-se a um culto a satã pois, de acordo com os relatos do autor, “os acusados confessaram sob tortura adorar a satã, profanar hóstias e renegar a Cristo” (Delumeau, 1989, p. 352). Carlo Ginzburg (1991) acrescenta que esse culto a satã remonta as cavalgadas noturnas de Diana², que foram citadas em depoimentos datados principalmente do século XIV. Paola Basso Menna Barreto Gomes Zordan (2005) acrescenta que os depoimentos foram extraídos de mulheres que forçadamente foram obrigadas a confessar e a pagar

por crimes tais como dançar nua sob o luar, a bruxa é marcada pelo des pudor e pela degeneração do corpo. Mulheres incômodas para a comunidade, viúvas solitárias ou vizinhas indiscretas, as bruxas eram aquelas cujas práticas eram consideradas crimes mais graves do que as heresias. Sedenta por poder, a bruxa é maléfica e corruptora, de modo que, tanto na realidade como na ficção, todas as histórias de bruxas terminam com o castigo por sua insubmissão: forca, fogueira, solidão (Zordan, 2005, p.332-333).

Nos depoimentos trazidos por Ginzburg (1991), coletados em diferentes locais da Europa, variando do século XIV ao XVII, os vestígios desse ritual estavam presentes em uma mescla de antigas e novas crenças. O ritual, segundo os relatos recuperados, era praticado às quintas-feiras em locais afastados e reunia bruxas, demônios, alguns homens e o diabo. Formavam-se círculos em volta da fogueira, cozinhava-se carne humana e bebia-se excessivamente enquanto as bruxas dançavam e praticavam orgias com os demônios. E era nesse dia que devia-se prestar contas ao diabo da quantidade de malefícios praticados. Segundo o autor, a prática prescindia

[...] a reverência ao demônio, a abjuração de cristo e da fé, a profanação da cruz, o unguento mágico, as crianças devoradas [...] tinha sido dado o passo decisivo na direção do sabá, com o desenhar-se da noção de uma ameaçadora seita de feiticeiros e bruxas (Ginzburg, 1991, p. 76-77).

² A deusa Diana, da mitologia romana, e que foi identificada com a deusa Ártemis da mitologia grega. Sobre as Cavalgadas de Diana, ver Freitas, Larissa de. **Diana e as cavalgadas noturnas**: magias de malefício segundo o *Canon Episcopi* no século X. Trabalho de conclusão de curso PUCPR, Curitiba, 2016.

Pode-se, nesse contexto, assumir que a publicação do *Malleus* pode ser compreendida como o amalgamador da demonização da mulher. Baseado em uma lógica de superioridade da fé cristã em relação às outras tradições e no androcentrismo, o discurso da Igreja influenciou e beneficiou segmentos sociais com preconceitos mutuamente reconhecidos por adeptos e fiéis. Assim, pode-se associar a predominância do *Malleus* na condução dos inquéritos contra mulheres suspeitas de bruxaria ao profundo desejo da Igreja de exterminar os vestígios do paganismo e conquistar a definitiva hegemonia religiosa.

O *Malleus* desfere várias passagens críticas às mulheres, referindo-se a elas como “perversas”, “maliciosas” e “mentirosas por natureza”. Uma das passagens que marca a desqualificação ontológica da mulher é aquela em que se lê:

houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer, contrária à retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepiona e mente (Kraemer; Sprenger, 2015, p. 117).

O texto prossegue argumentando que a falta de inteligência feminina a torna propensa ao mal, o que podemos conferir no recorte que segue:

em virtude da deficiência original em sua inteligência, são mais propensas e abjurarem a fé, por causa da falha secundária em seus afetos e paixões desordenados também almejam, fomentam e infligem vinganças várias, seja por bruxaria, seja por outros meios. Pelo que não surpreende que tantas bruxas sejam desse sexo (Kraemer; Sprenger, 2015, p. 118).

À medida que as páginas avançam, a depreciação da imagem feminina no *Malleus Maleficarum* continua, de modo que é possível encontrar trechos como “toda bruxaria tem origem na cobiça carnal, insaciável nas mulheres” e “a mulher é inimigo secreto e enganador.” Assim, pode-se depreender a ação demonizadora da figura feminina como regra do *Malleus Maleficarum* como pressuposto a uma perseguição implacável às mulheres. Do discurso encontrado no *Malleus*, pode-se dizer que surgiu uma prática que transformou a demonização do feminino em cultura.

No prefácio ao *Malleus*, escrito por Carlos Amadeu B. Byington (2015), o psiquiatra enfatiza o intenso trabalho de demonização da mulher impregnado no discurso do manual. No trecho abaixo, o médico evidencia a severidade das argumentações do livro e destaca de que forma artilosa, o discurso racionaliza a situação ontológica da inferioridade feminina:

O livro é diabólico na sua concepção e redação. Dividido em três partes, a primeira cuida de enaltecer o Demônio com poderes divinos extremos e ligar suas ações com a bruxaria.

Isto é arditosamente articulado com a ideologia repressiva da Inquisição, declarando-se herética qualquer descrença nesses postulados. Na segunda parte, ensina-se a reconhecer e a neutralizar a bruxaria nas vivências do dia a dia da população. Uma pessoa de conduta diferente, uma briga entre vizinhos, uma vaca que dá mais ou menos leite, uma criança que adocece, uma tempestade ou a diminuição da potência sexual, qualquer ocorrência pode ser atribuída à bruxaria. Trata-se de uma verdadeira religião do Diabo para explicar todos os males da vida individual e comunitária. É difícil imaginar que qualquer bruxo ou bruxa, por maior formação em ciência jurídica que tivesse, conseguisse legislar sobre os poderes do Demônio com tanta prodigalidade. Na terceira parte, descrevem-se, o julgamento e as sentenças. Aí compreende-se como o livro é arditoso. Em realidade, as duas primeiras partes são escolasticamente racionalizadas para justificar toda sorte de aberrações e crueldades mandadas executar na terceira parte, um verdadeiro escoadouro da patologia cultural acumulada no milênio da Idade Média (Byington *in* Kraemer; Sprenger, 2015, p. 19).

A violência simbólica e física perpetrada pela Inquisição foi ancorada na associação entre bruxaria e alta traição³ e no pressuposto do *Malleus* que considera a mulher o principal artífice da bruxaria. Nesse contexto, para o combate da traição, eram considerados quaisquer recursos para extração da confissão, inclusive a tortura dos acusados. O sistema funcionava quase atribuindo culpabilidade àqueles acusados de associação com a bruxaria. Assim, estava justificada a brutalidade contra as mulheres. Consideradas perigosas por natureza, o manual adverte que o interrogatório das mulheres seja conduzido sob tortura, conforme demonstra o trecho que segue:

Porque bruxaria é alta traição contra a Majestade de Deus. E assim os acusados devem ser torturados para que confessem o seu crime. Qualquer pessoa, de qualquer classe, posição ou condição social, sob acusação dessa natureza, pode ser submetida à tortura, e a que for considerada culpada, mesmo tendo confessado o seu crime, há de ser supliciada, há de sofrer todas as outras torturas prescritas pela lei, a fim de que seja punida na proporção de suas ofensas. Observação: Antigamente esses criminosos sofriam dupla punição e eram muitas vezes atirados às feras para serem devorados. Hoje, são queimados vivos na fogueira, provavelmente porque na sua maioria são mulheres (Kramer; Sprenger, 2015 p. 55).

Conforme nota-se, a publicação do manual reforçou no imaginário coletivo um modelo de mulher condenável, permitindo assumir-se que o *Malleus* catalisou opiniões sobre a relação do feminino com o mal a partir da articulação discursiva arditosa que transformou a mulher em um ser desprezível e caçado

³ Aqui, uma clara associação ao mito de Eva, a traidora da confiança de deus.

em um cenário de total pânico e horror. Seu conteúdo demonizou a mulher a partir de uma semiótica que ressaltou aspectos relacionados ao diabo e à conduta pecadora articulada pelos textos bíblicos e pela eclesiologia católica. Nesses termos, se essa for tomada como uma prática de significação, tem-se no *Malleus* uma retórica que fomenta a cultura misógina. Portanto, é possível assumir que a cultura de ódio ao feminino estruturada no seio da sociedade patriarcal foi insuflada pela demonização do feminino contida nas abordagens simbólicas do *Malleus*.

Assim, é possível observar a caça às bruxas durante o período da Inquisição como a articulação de duas figuras simbólicas concebidas pela Igreja: a bruxa e o diabo⁴. Sobre esse aspecto, Robert Muchembled (2001, p. 36) auxilia na compreensão dessa relação descrevendo que “a ameaça do inferno e do diabo aterrador serviu como instrumento de controle social e de vigilância das consciências, incitando à transformação das condutas individuais”. Essa simbiose entre diabo e mulher possibilita perceber que a trajetória de naturalização da inferiorização da mulher só foi possível a partir da transmissão cultural, evidenciando o quanto o processo de violência contra a mulher faz parte de um projeto de controle baseado na dominação não só de corpos, mas de subjetividades também.

2 DOMINAÇÃO MASCULINA E DISCURSO DE CONTROLE DO FEMININO

O fim das atividades inquisitoriais, em meados do século XVIII, não representou a redenção do feminino ou, no mínimo, seu reconhecimento social. Os padrões de invisibilização e subjugação ratificados pela religião, tiveram na ciência (especialmente no cientificismo do século XIX), sua continuidade. A partir do imaginário cristão sobre a relação da mulher com a bruxaria, impulsionado pelo *Malleus Maleficarum*, a Igreja teve êxito ao demonizar a mulher.

A voz das mulheres medievais foi suplantada. Muito do que se conhece sobre o período e sobre a própria condição feminina da época não foi deixado por elas, mas por homens. Georges Duby (2011) enfatiza esse aspecto ao destacar que o homem se sobrepôs à mulher de tal forma em todos os detalhes da vida cotidiana durante o período medieval que esse período poderia ser chamado de “Idade Média, Idade dos Homens”.

A sobreposição do homem e a expansão da visão androcêntrica se impuseram a partir da construção de um discurso misógino com forte apelo religioso que se estabeleceu reordenando e reelaborando as relações sociais a partir da noção de poder simbólico. Esse poder exercido sobre a mulher se materializou

⁴ O diabo, como é conhecido nesse contexto, é uma criação recente que surge no contexto da idade média. Anteriormente a ele existe menção à satanás e aos demônios, que são criaturas originalmente diferentes.

a partir do controle do corpo e dos modos de existência. O corpo como centro de excelência da subjugação do feminino foi sujeito à dominação masculina em todas as instâncias da vida.

A dominação masculina durante o período da caça às bruxas pode ser compreendida como uma mentalidade perpassada pelo poder simbólico exercido pelo masculino a partir de uma perspectiva simbólica considerada uma forma de violência simbólica contra o feminino. Segundo Pierre Bourdieu (1989), o poder simbólico dissimula práticas de significações impostas como legítimas por um grupo e oculta relações de força que regulam a tônica das relações, tendo como pressuposto a violência simbólica.

Segundo Bourdieu (1989), o poder simbólico faz parte de uma “estrutura estruturada” da sociedade ocidental, de modo que está incorporado no âmbito das relações socioculturais implicitamente e subjetivamente e contribui para a manutenção do *status quo*, operando a partir do controle ideológico de massas. Esse controle é possível a partir da comunicação e do discurso e que se transforma em performatividades corporais, conferindo um viés interpretativo que dá sentido à existência e às estruturas sociais

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, ‘uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências (Bourdieu, 1989, p. 9).

O exercício do poder simbólico se dá pela articulação de símbolos como elementos que dão sentido e atribuem significado no campo social, criando uma “integração social”, tornando possível o “consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘lógica’ é a condição de integração moral” (Bourdieu, 1989, p. 10).

A dominação perpassa uma série de representações e mitologias que constroem socialmente os corpos no contexto social. Os discursos, por sua vez, moldam a estruturação dessa dominação de modo a situar e conformar os gêneros e as sexualidades de acordo com a determinação cultural, estabelecendo hierarquia entre eles de acordo com uma visão patriarcal e androcêntrica que cria um conjunto de oposição entre os sexos, de modo a estabelecer uma divisão do mundo entre o feminino e o masculino

Esses esquemas de pensamento, de aplicação universal, registram como que diferenças de natureza, inscritas na objetividade das variações e dos traços distintivos (por exemplo em matéria corporal) que eles contribuem para fazer existir, ao mesmo tempo que as ‘naturalizam’, inscrevendo-as em um sistema de diferenças, todas igualmente naturais em aparência (Bourdieu, 2002, p. 8).

A dominação masculina está calcada em uma visão androcêntrica da sociedade, construída a partir da universalização da suposta noção de neutralidade, estruturada por esquemas simbólicos que atribuem a superioridade ao masculino como pressuposto naturalmente instituído. Nesse sentido, a ordem social funciona como uma máquina simbólica que confirma a dominação masculina

Longe de as necessidades da reprodução biológica determinarem a organização simbólica da divisão social do trabalho e, progressivamente, de toda a ordem natural e social, é uma construção arbitrária do biológico, e particularmente do corpo, masculino e feminino, de seus usos e de suas funções, sobretudo na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, a partir daí, de todo o cosmos (Bourdieu, 2002, p.33).

Dessa forma, a partir dos discursos e do *habitus*, a dominação masculina reproduziu uma visão androcêntrica calcada na diferença natural entre os sexos, dispensando, assim, explicações sobre os argumentos machistas que subalternizam a mulher. Nessa medida, “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes” (Bourdieu, 2002, p. 23). Nesse mesmo sentido,

a divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas ‘sexuadas’), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (Bourdieu, 2002, p. 9).

O sistema de dominação do masculino foi construído a partir do medo da identificação com a origem feminina da humanidade. O medo das representações femininas fundamentou a necessidade de afirmar a posição de superioridade social do macho para que sua masculinidade não fosse contestada. Assim, o discurso da natureza inferior da mulher foi reforçado pela demonização do feminino. O projeto de inferiorização do feminino tratou de inferiorizar tudo a seu respeito, inclusive sua biologia. Sobre isso, Muraro (2000) considera que

é a Palavra, o patriarcado, que quer fazer da dominação masculina um fato ‘natural’ e biológico. E o patriarcado é de tal modo hoje uma realidade bem-sucedida que muitos não conseguem pensar na organização da vida humana de maneira diferente da patriarcal, em que o macho domina de direito e de fato (Muraro, 2000, p. 61).

Nessa medida, foi importante construir uma distinção cultural entre os corpos que se amparasse na interpretação das coisas também, de modo a favorecer a inferioridade feminina. A distinção cultural dos corpos, portanto, está inscrita nas coisas e

(...) se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados (basta lembrarmos, por exemplo, as condutas de marginalização impostas às mulheres com sua exclusão dos lugares masculinos). As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres (Bourdieu, 2002, p. 26).

Para compreender como a lógica da subjugação do feminino, engendrada no contexto da Inquisição, o conceito de gênero, de acordo com Scott (1995), pode ser tomado como uma forma primária de dar significado às relações de poder. Nas palavras da autora:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo da definição repousa /numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (Scott, 1995, p.86).

De acordo com Scott (1995), o conceito de gênero concebe as relações entre homens e mulheres como constructos sociais tomados como relações de poder em que as desigualdades evidenciam a desvantagem do sexo feminino. Desse modo, partindo da premissa de que as relações de gênero são relações sociais que se desdobram na lógica de funcionamento das sociedades patriarcais, concorda-se com Saffioti (2013) e assume-se que "(...) o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens" (p. 44) representa a hierarquia estabelecida e presente em todos os espaços sociais privados ou não.

Desse modo, a violência contra o feminino pode ser tomada como reflexo de uma estrutura de poder carregada pela ideologia patriarcal que sustenta a dominação masculina estruturada com o objetivo de perpetuar a superioridade masculina e reproduzir as hierarquias de poder entre os sexos, evidenciando a assimetria das relações.

Compreende-se que a "assimetria de gênero", colocada na perspectiva feminista, identifica a raiz da violência no poder patriarcal e promove a desigualdade e dominação do homem nas relações de gênero (Deeke; Boing; Coelho, 2009). O fenômeno é considerado assimétrico e unidirecional, do homem contra a mulher. As relações entre os sexos, tanto no espaço privado quanto no espaço público são caracterizadas

por uma relação assimétrica, em que a desigualdade é explicada pelas diferenças físicas, sexuais e biológicas, justificando-se a "natureza" da sujeição feminina (Guedes; Coelho, 2007).

Compreendendo a assimetria das relações como consequência de fenômenos sociais específicos, e imersos em um contexto social estruturado em que homem e cultura são inseparáveis, a caça às bruxas, pode-se assumir, foi um fenômeno social que favoreceu uma prática cultural e uma crença sobre a mulher com base nas descrições do *Malleus Maleficarum*. Como consequência, a normatização modelou modos de ser e de sentir que foram reproduzidos por gerações e se refletem na contemporaneidade.

Desse modo, pode-se compreender que o processo de construção simbólico-discursivo das caça às bruxas assentou-se na hierarquia entre os gêneros e resultou na subalternização da mulher pelo homem. Assim, ressalta-se, com esta análise, a importância do complexo discursivo religioso como principal amalgamador das diferenças e das noções de papéis sociais que mantem por meio da cultura a reprodução do sistema machista e misógino que organiza a sociedade e as relações. Nesses termos, considera-se que a discursividade construída pela Igreja e difundida no *Malleus Maleficarum* projetaram na sociedade noções sobre a inferioridade do feminino baseadas na inferioridade natural das coisas e na relação da mulher com o diabo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As construções simbólico-discursivas desenvolvidas no campo religioso associaram a mulher ao demoníaco e, corroboradas pelo medo, favoreceram a construção de um imaginário coletivo centrado no masculino em detrimento do feminino, atribuindo a centralidade do androcêntrico à cultura. O processo de demonização do feminino transformou a mulher na eterna culpada, concepção que, estendida para o campo sexual, associou o corpo feminino ao demoníaco, evidenciando o projeto de controle baseado na dominação de corpos e subjetividades. A partir do arsenal simbólico-discursivo religioso, foram assentadas as bases conceituais sobre o modelo de mulher subversiva. Nesse contexto, o cenário de culpa, de pecado e de demonização se expandiu expressivamente o Ocidente e avançou pela Idade Moderna, deflagrando a caça às bruxas.

Do ponto de vista social, a moral eclesiástica difundiu regras sociais baseadas na ortodoxia cristã e a interpretação dos textos bíblicos fundamentou a discursividade religiosa que atualizou na Europa os modos de ser e de viver no novo cenário que se apresentou, atualizando mitos e concepções antigas sobre o feminino.

Considera-se que, a partir da simbiose entre a mulher e o diabo, foi sedimentada a inferioridade feminina com base na suposta hierarquia natural entre os gêneros. A demonização do feminino fez da

assimetria entre os gêneros uma questão ontológica que alocou o feminino na inferioridade naturalmente justificável, instando as bases para a dominação masculina.

A naturalização da racionalidade patriarcal aprofundou uma cultura machista que passou a ser reproduzida principalmente pelas mulheres no âmbito da educação dos filhos. Desse modo, a dominação masculina se converteu em senso comum autoritário e conservador, baseado em uma lógica de produção de conhecimento que responde a um paradigma universalizante que invisibiliza a diversidade.

Dessa forma, a desigualdade de gênero e a inferiorização do feminino, podem ser consideradas práticas de significados tributárias do discurso de ódio amplamente difundido durante a caça às bruxas. As formas de perseguição e de julgamento da conduta feminina constituem uma cultura que expressa e comunica significados machistas e misóginos, e, nesses termos, dão sentido às crenças e à prática social de uma época. Nesses termos, com base no exposto ao longo deste texto, considera-se que romper com a teia de sentidos articulados a partir da demonização da mulher na história é o início do processo de libertação dos femininos na sociedade.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução: Mário da Gama Kury. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

BALANDIER, G. **O Poder em cena**. Coleção Pensamento Político. Brasília: UnB, 1986.

BOUREAU, A. **Satã Herético: O nascimento da demonologia na Europa Medieval (1260-1350)**. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

BUYINGTON, C. A. **Prefácio**. In: KRAEMER, Heinrich; SPRENGE, James. O martelo das feiticeiras. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.

BOFF, L. **Prefácio**. In: EYMERICH, Nicolau. *Directorium Inquisitorum*: Manual dos inquisidores. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DEEKE L. P.; BOING A. F.; Oliveira W. F.; COELHO E. B. S. **A dinâmica da violência doméstica:** uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. *Saúde Soc.* 2009; 18(2):248-258. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/XfD6n8JShSttKH9bJdqQx7B/?lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2022.

DELUMEAU, J. **A história do medo no ocidente:** 1300-1800 - uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DUBY, G. **Idade Média, Idade dos homens.** Do amor a outros ensaios. Tradução de J. Batista Neto. São Paulo: Companhia de Letras, 1989.

DUBY, G.; PERROT, M. **História das mulheres:** a antiguidade. V. 1, Porto: afrontamento, 1990.

FREITAS, L. de. **Diana e as cavalgadas noturnas:** magias de malefício segundo o *Canon Episcopi* no século X. Trabalho de conclusão de curso PUCPR, Curitiba, 2016. Disponível em: https://dadospdf.com/download/diana-e-as-cavalgadas-noturnas-magias-de-maleficio-segundo-o-canon-episcopi-no-seculo-x-_5a4d33e3b7d7bcab6735c456_.pdf. Acesso em: 28 jun. 2022.

GEERTZ, C. **A Interpretação das culturas.** Santos: Editora LTC, 2014.

GINZBURG, C. **História noturna:** decifrando o sabá. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GUEDES R. N.; SILVA A. T. M.; COELHO E. A. C. **Violência conjugal:** problematizando a opressão das mulheres vitimizadas sob olhar de gênero. *Rev. Eletr. Enf* 2007; 9(2):362-378. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/7166>. Acesso em: 28 jun. 2022.

KRAEMER, H.; SPRENGE, J. **O martelo das feiticeiras.** Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.

LANGER, J. **A bruxa no medievo:** origens e imaginário. Módulo 1 do curso "História da Bruxaria". UFPB, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/32537488/A_bruxa_no_medievo_origens_e_imaginario_Modulo_1_do_curso_Hist%C3%B3ria_da_Bruxaria_UFPB_2017_. Acesso em: 17 mai. 2021.

MAINKA, P. J. **A Bruxaria nos tempos modernos:** Sintoma de crise na transição para a Modernidade. *Revista História: Questões & Debates.* Curitiba, n. 37, p. 111-142, 2002. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2705> Acesso em: 28 jun. 2022.

MUCHEMBLED, R. **Uma história do diabo:** séculos XII- XX. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001.

MURARO, R. M. **A mulher no terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.

MURARO, R. M. **Introdução**. In: KRAEMER, H.; SPRENGE, J. O martelo das feiticeiras. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.

NOGUEIRA, C. R. F. **O nascimento da bruxaria**. São Paulo: Imaginário, 1995.

REED, E. **Sexo Contra Sexo ou Classe Contra Classe**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

RIBEIRO, S. M. **Ser Eva e dever ser Maria**. Paradigmas do feminino no cristianismo. 2000, Coimbra. Anais. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 2000. p. 1-26. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5357>. Acesso em: 17 de novembro de 2020.

SAFFIOTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3825626/mod_resource/content/1/Saffiotti%20%281978%29%20A_Mulher_na_Soc_Classes.pdf. Acesso em: 28 jun. 2022.

SCOTT, J. **Gênero**. Uma categoria útil de análise histórica (original de 1988). Educação e Sociedade, 20(2) 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ZORDAN, P. B. M. B. G. **Bruxas**: figuras de poder. Estudos Femininos. Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 331-341, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/HqZwyqV5PwdyYL5Pz5bnLBG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2022.